

19.06.2026

Analfabetismo no Brasil cai abaixo de 5% pela primeira vez desde 2016, mas meta do PNE não é alcançada

Dados da PNAD Contínua 2025 mostram avanço na alfabetização, porém desigualdades persistem e país não alcança erradicação prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) do último decênio

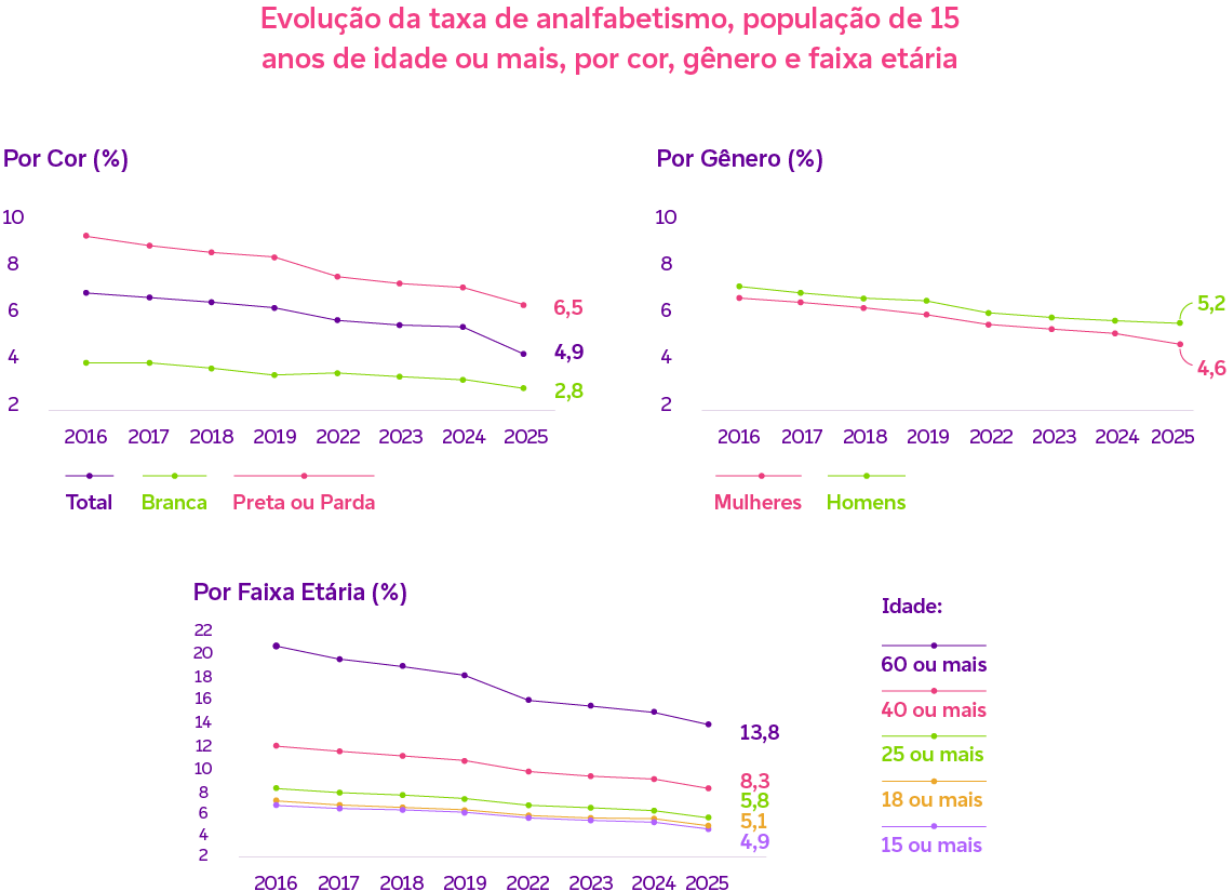
Nesta sexta-feira (19/06), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou um bloco temático da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), referente a 2025.

No último ano, foram registrados 8,4 milhões de pessoas analfabetas, com 15 anos ou mais de idade, correspondendo a uma taxa de analfabetismo de 4,9%. Trata-se da primeira vez, desde 2016, que o indicador fica abaixo do patamar de 5%.

Apesar do avanço no indicador, é importante mencionar que o Plano Nacional de Educação (PNE) do último decênio previa a erradicação do analfabetismo até 2024, o que não foi alcançado. O Novo PNE, sancionado este ano e com vigência até 2036, renova esse compromisso ao estabelecer como objetivos a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 97% até 2031, e a superação do analfabetismo até o final do decênio.

Vale destacar também que, embora os dados indiquem uma redução do indicador entre os diferentes grupos populacionais, as desigualdades persistem: as taxas são consideravelmente mais elevadas entre pessoas negras e aquelas com 40 anos ou mais.

Figura 1



Fonte: IBGE, 2025. Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

Assim, os resultados apontam para o desafio persistente de assegurar oportunidades de escolarização ao longo da vida, especialmente para populações historicamente excluídas do sistema educacional. Importante mencionar que as disparidades raciais são ainda mais expressivas entre as pessoas com 60 anos ou mais: neste grupo, a taxa de analfabetismo entre pretos ou pardos (20,6%) é quase três vezes superior à observada entre brancos (7,3%).

Para fins de análises mais aprofundadas e apoio à tomada de decisões, é fundamental considerar também os recortes regionais, uma vez que as desigualdades territoriais

podem influenciar significativamente os resultados observados. Essas desagregações estão disponíveis nas bases divulgadas pelo IBGE.

Da frequência à aprendizagem: o desafio das trajetórias escolares

No que se refere à frequência escolar, a pesquisa mostra que cerca de 96,1% das crianças de 6 a 14 anos frequentam o ensino fundamental, etapa adequada para essa faixa etária. O resultado representa avanço em relação a 2024 (94,6%), mas ainda não retorna aos patamares observados no período pré-pandemia, sugerindo a persistência de efeitos dessa fase sobre as trajetórias escolares.

Esse cenário reforça um ponto central do debate educacional recente: embora o acesso à escola seja condição necessária, apenas ele não é suficiente. O desafio agora é garantir não apenas a permanência, mas trajetórias regulares e, sobretudo, a aprendizagem efetiva dos estudantes. A pandemia deixou marcas importantes, especialmente entre as crianças mais novas, muitas das quais acumularam defasagens ao longo de sua trajetória escolar.

Nesse contexto, ganha relevância a agenda de recomposição das aprendizagens, voltada a mitigar perdas recentes e assegurar o desenvolvimento de competências essenciais. Um dos principais desafios nesse processo é a crescente heterogeneidade dentro das salas de aula, onde convivem estudantes com níveis muito distintos de aprendizagem, demandando estratégias pedagógicas mais flexíveis e adaptativas.

Nesse sentido, o uso de tecnologias educacionais e de soluções baseadas em inteligência artificial abre novas possibilidades para apoiar esse processo, ao permitir a identificação mais precisa de lacunas de aprendizagem e a personalização de conteúdos, atividades e percursos formativos. Essas ferramentas podem contribuir para orientar o trabalho docente e viabilizar intervenções mais direcionadas, compatíveis com as diferentes necessidades dos estudantes.

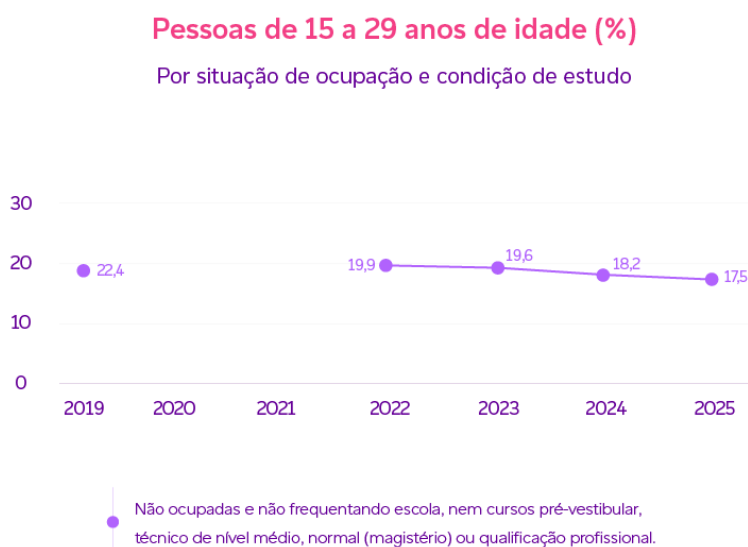
Queda da proporção de jovens que não trabalham, não estudam e nem se qualificam

A análise de 2025 das trajetórias dos 46,6 milhões de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil revela um padrão marcado por grande heterogeneidade: enquanto 16,6% conciliam estudo e trabalho (ou qualificação) e 25,0% permanecem apenas na educação, 40,8% estão

exclusivamente inseridos no mundo do trabalho, e 17,5% encontram-se fora tanto da ocupação, quanto de atividades educacionais.

Esse último grupo, frequentemente referido como jovens “sem-sem”¹, apresentou redução nos últimos anos, passando de 22,4% em 2019 para 17,5% em 2025, o que corresponde a uma queda de 4,9 pontos percentuais e a uma redução de quase 3 milhões de jovens nessa condição. Ainda assim, o contingente permanece expressivo, totalizando 8,2 milhões de pessoas, o que evidencia a persistência de barreiras estruturais de acesso a oportunidades educacionais e produtivas.

Figura 2



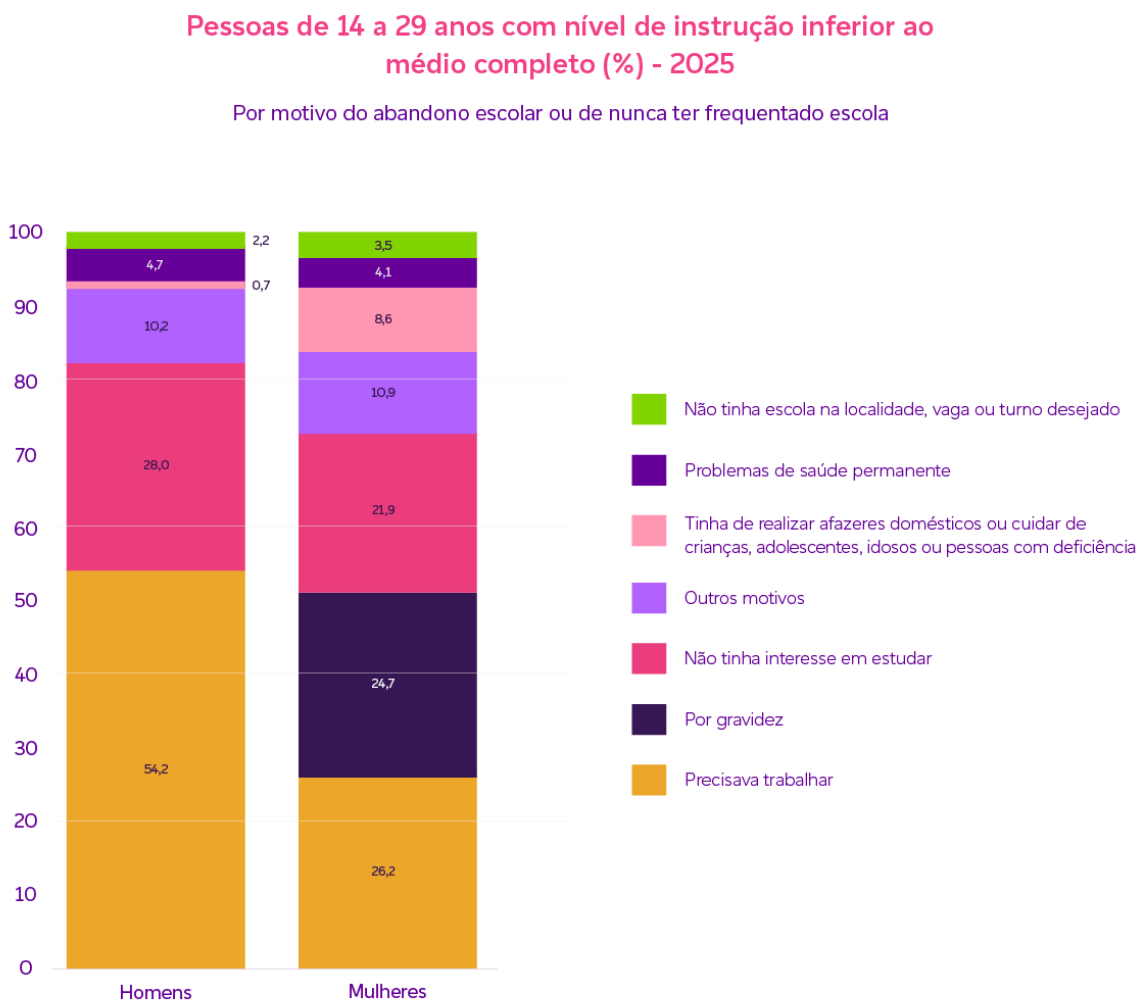
Fonte: IBGE, 2025. Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

As desigualdades de gênero e raça seguem como marcas importantes desse indicador. Entre as mulheres jovens, 22,8% não estavam ocupadas, nem estudando ou se qualificando, quase o dobro do observado entre os homens (12,4%). Da mesma forma, a proporção entre jovens pretos ou pardos (19,8%) supera em 5,8 pontos percentuais a dos jovens brancos (14,0%), reforçando a dimensão estrutural dessas desigualdades.

Para além da identificação desse contingente, é fundamental compreender os fatores que estão por trás do afastamento da escola. Entre os jovens com nível de instrução inferior ao

ensino médio completo, o principal motivo para o abandono ou a não frequência está relacionado à necessidade de trabalhar, especialmente entre os homens. Já entre as mulheres, o afastamento da escola se distribui de forma mais diversa, com maior peso de fatores como gravidez, realização de tarefas domésticas e cuidados com outras pessoas.

Figura 3



Fonte: IBGE, 2025. Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

O papel da EPT na inclusão produtiva dos jovens

Nesse contexto, ganha centralidade o debate sobre políticas públicas e iniciativas capazes de fortalecer a articulação entre educação e inclusão produtiva. A persistência de um número significativo de jovens fora da escola e do trabalho indica a necessidade de estratégias estruturadas que ampliem oportunidades e tornem as trajetórias educacionais mais conectadas aos projetos de vida e às demandas do mundo do trabalho.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se destaca como um eixo estratégico nesse debate, ao possibilitar a integração entre formação acadêmica e qualificação profissional. Ao aproximar a escola das oportunidades concretas de inserção no mundo do trabalho, a EPT pode contribuir tanto para a permanência dos jovens no sistema educacional, quanto para a redução de situações de exclusão, como a observada entre os jovens “sem-sem”.

Nesse sentido, a expansão e o fortalecimento da EPT permanecem como desafios relevantes para a política educacional brasileira, especialmente diante da necessidade de oferecer percursos formativos mais flexíveis, aderentes às demandas contemporâneas e capazes de ampliar as oportunidades de inclusão produtiva para a juventude.

¹ De acordo com pesquisa [O Futuro Mundo do Trabalho para a Juventudes Brasileiras](#), o termo jovem “sem-sem” parece traduzir melhor a falta de oportunidade enfrentada por este grupo. O termo aponta um deslocamento da responsabilização no nível do sujeito (que o termo “nem-nem”, usualmente utilizado para se referir aos jovens que não estão nem trabalhando e nem estudando, pode indicar) para o nível das suas condições de vida.